



Dia Internacional da Mulher

Brasil tem 1 vítima de feminicídio a cada 6h; são 10,5 mil desde 2015

— Foram 1.463 só no ano passado, maior patamar já registrado. SP teve aumento de 13,3% nos casos

GIOVANNA CASTRO

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou ontem os dados consolidados sobre feminicídio no Brasil em 2023 e revelou que quatro mulheres morreram por dia no País no ano passado por motivos relacionados à condição de gênero – ao todo, foram 1.463. É o maior patamar já registrado no País desde 2015, quando a lei que tipifica o crime de feminicídio entrou em vigor e, consequentemente, o crime começou a ser relatado. As Regiões Centro-Oeste e Norte têm mais casos. Ao todo, mais de 10,5 mil mulheres foram vítimas de feminicídio desde 2015.

A informação vem à tona na véspera do Dia Internacional da Mulher e tem como objetivo conscientizar a população sobre a desigualdade e o ódio contra o gênero feminino, assim

sim como celebrar a luta feminista. O crime é qualificado como homicídio decorrente de violência doméstica e familiar em razão da condição de sexo, por menosprezo à condição feminina e/ou discriminação à condição da mulher.

Conforme o histórico de levantamento, o número de feminicídios no País cresceu 1,6% em um ano e, em nove anos de medições, só houve pequena redução 2021. Alguns Estados tiveram aumento superior à média – em São Paulo, o número de vítimas em 2023 foi 221, um salto de 13,3% em relação a 2022. O governo paulista disse analisar a variação e adotar medidas.

BOLETINS. Especialistas apontam, no entanto, que o aumento nos registros não necessariamente está relacionado a um aumento real de crimes. A conscientização das autoridades

des policiais sobre esse tipo de violência, algo que tem acontecido progressivamente ao longo dos anos, pode estar favorecendo a identificação correta nos boletins de ocorrência.

“À mesma medida que cresce a conscientização quanto a feminicídios, há um aumento dos índices de feminicídio e decréscimo do número de homi-

Por local e autor

1,2 vítima

para cada grupo de 100 mil mulheres é o registro atual no Sudeste; no Nordeste, é de 1,4; no Sul, de 1,5; no Norte, de 1,6; e no Centro-Oeste, de 2 mortes por 100 mil.

8,3%

dos crimes são cometidos por desconhecidos

cídios de mulheres (...) Mortes de mulheres que antes eram consideradas homicídios, agora já são investigadas ou denunciadas como feminicídios”, afirmou em janeiro ao *Estado* Valéria Scarance, promotora de Justiça, professora da PUC-SP e autora de livros sobre a Lei Maria da Penha.

Mesmo assim, os números não devem ser normalizados, afirma a diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Samira Bueno. “Não podemos normalizar a morte de mais de 10 mil mulheres que foram assassinadas em menos de uma década pelo simples fato de serem mulheres. O tema tem sido bastante debatido pela sociedade civil, mas isso, isoladamente, não é suficiente para promover uma redução desses crimes cometidos diariamente no País.”

DIFERENÇAS ESTADUAIS.

Olhando regionalmente, 18 Estados apresentaram taxa de feminicídio acima da média nacional, que em 2023 foi de 1,4 morte para cada grupo de 100 mil mulheres. Mato Grosso, Acre, Rondônia, Tocantins e Distrito Federal registraram os maiores números absolutos de feminicídio por quantidade de habitantes: Mato Grosso teve 2,5 mortes por feminicídio a cada 100 mil habitantes mulheres – ainda assim, o Estado registrou queda de 2,1% na comparação com o ano anterior.

O Acre registrou 2,4 feminicídios a cada 100 mil mulheres, um crescimento de 11,1% em relação a 2022; em Rondônia, foram 2,4 feminicídios a cada 100 mil mulheres, uma redu-

ção de 20,8%; Tocantins teve 2,4 feminicídios a cada 100 mil mulheres – crescimento de 28,6%; no Distrito Federal, foram 2,3 feminicídios a cada 100 mil mulheres, uma variação de 78,9%, saindo de 19 vítimas em 2022 para 34.

Já os Estados com as menores taxas de feminicídio foram Ceará (0,9 por 100 mil), São Paulo (1 por 100 mil) e Amapá (1,1 por 100 mil). “No caso do Ceará, vale destacar que, desde a tipificação da lei, em 2015, há um número muito baixo de feminicídios quando se compararam os números com o total de homicídios de mulheres no Es-

Queda só na pandemia
Avanço no ano passado foi de 1,6%; em nove anos de medições, só houve pequena redução em 2021

tado, o que pode indicar subnotificação dos casos”, informa o Fórum. “São Paulo tem uma taxa baixa na comparação com a média nacional, mas não se pode ignorar a variação de 13,3% no número de casos entre 2022 e 2023”, diz a instituição. A taxa de aumento no Estado colaborou para uma subida de 5,5% no total de casos da Região Sudeste, passando de 510 em 2022 para 538 em 2023.

Mesmo assim, o Sudeste ficou abaixo da média (1,4) na conta por número de habitantes mulheres. O levantamento considera os registros das secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e do Ministério da Justiça e da Segurança Pública. ●

Judiciário

Juizas paulistas montam coletivo feminista e antirrascista

MA LERI

Criado no ano passado, o Coletivo Sankofa de Magistradas, integrado por juízas antirrascistas e feministas, visa à promoção da igualdade de gênero e de raça e do fortalecimento da atuação de mulheres na magistratura, em especial negras. Até o momento, o conjunto tem 162 integrantes, congregando diversidade de experiências, desde aquelas com mais de 30 anos de carreira até outras com dois ou três anos.

O nome do grupo, sanko = voltar; fa = buscar, trazer, vem da mitologia Akan, da África Ocidental, e denota um pássaro mítico, que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, representação do futuro.

A juíza de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e integrante do coletivo Luciana Caprioli reitera que entre as ações está “sempre estabelecer uma relação de cordialidade e diálogo com o TJ-SP”. “Com a formalização do Coletivo Sankofa, com regimento interno e comitê de gestão eleito, pretendemos manter um espaço de apoio mútuo e troca de experiências, realizar atividades de formação, capacitação e debates. Vamos participar de eventos e movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres”, afirma.

PRINCIPAIS DESAFIOS. Segundo TJ-SP, primeiro tribunal do País a abrir um curso exclusivo para juízas, para provimento do cargo de desembargadora, e que, desde 2017 aplica vagas afirmativas para pessoas negras, atualmente



Até o momento, o conjunto tem 162 integrantes da magistratura

86 magistrados se declaram negros ou pardos em seu quadro. Alguns indicadores também apontam um cenário favorável à representatividade feminina, mas os desafios institucionais ainda são grandes no País já que, nos últimos 23

anos, a proporção total dos que ingressaram na magistratura paulista é de 58% homens e 42% mulheres.

“O Tribunal de Justiça de São Paulo tem a constante preocupação com políticas antirrascistas e ações de promo-

ção da paridade de gênero”, afirmou o TJ. “Além disso, buscamos atender todos os requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para reserva de vagas pelo sistema de cotas de candidatos em seus concursos, seja para servidores, seja para magistrados.”

Dados do CNJ também mostram que 83,9% dos magistrados brasileiros são brancos; enquanto 14,5% se declaram negros (as), sendo 1,7% pretos (as) e 12,8% pardos (as). “Por mais progressista e moderna que a sociedade se apresente, ainda há muitos resquícios de um passado não muito distante que deixou profundas raízes. A mudança, portanto, virá com luta pela igualdade de gênero e de raça e demais interseccionalidades no Sistema de Justiça”, diz Luciana. ●